

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Antônio Cruz/Agência Brasil



STF tende a ser duro nos julgamentos

STF e orçamento: cravo e ferradura

O desvio de recursos de emendas orçamentárias no Maranhão será o primeiro julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da essa altura mais do que latente novo escândalo do orçamento. O caso envolve um suplente de deputado, Bosco Costa (SE) e dois deputados federais, Josimar Maranhãozinho e Pastor Gil. Os três são do PL. São acusados de par-

ticipar de um esquema que cobrou propina de R\$ 1,6 milhão para liberar R\$ 7 milhões de recursos de emendas para a cidade de Ribamar, no Maranhão. Sempre é prudente não fazer prognósticos sobre como um tribunal julgará um caso. Mas a expectativa é que o STF seja duro. Até porque esse tende a ser o primeiro caso de muitos. A Polícia Federal (PF) está investigando.

Todos os lados

E as informações é que poderá atingir esquerda e direita. Um exemplo disso é a ação que já houve na quarta-feira envolvendo o assessor de um deputado do PDT do Rio Grande do Sul, Afonso Mota. Há também o caso de Campo Formoso (BA), que envolve União Brasil.

Dino

Será difícil imaginar que o STF seja brando. Até porque se mostra unido quanto às determinações do ministro Flávio Dino, que cobra que os recursos cumpram os critérios de transparência e rastreabilidade, que o Congresso tem se recusado a obedecer.

Valter Campanato/Agência Brasil



Dino conduzirá reunião de conciliação

Corte fará conciliação para liberar os recursos

Ao mesmo tempo em que começará a julgar os casos, que deverão chegar às bancas nos próximos meses com as investigações da PF, o Supremo, por outro lado, começará a tentar uma conciliação para abrandar a crise com o Legislativo. Está marcada para o dia 27 de fevereiro uma primeira audiência reunindo

governo e Congresso com a Corte para tentar encontrar uma solução que libere os valores que Dino bloqueou no orçamento. As organizações que também patrocinam as ações no STF, como o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), estão apresentando recursos para participarem também da reunião.

Invisíveis

Não há justificativa para emendas invisíveis. E o destino irregular de muitas delas começa a se comprovar. Até agora, quem conduzia as negociações era aquele que era considerado o dono da chave do cofre, o ex-presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Lei

O Congresso insiste que a destinação das emendas cumpre uma lei aprovada. Mas a realidade é que os recursos seguiram escapando por brechas que não os tornam transparentes e rastreáveis. Quem destina a emenda? Para onde ela vai? Para qual obra?

Comando

Embora o novo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), tenha sido apoiado por Lira, o comando mudou. E Motta mostra-se mais suave na negociação. O problema é até que ponto ele e os demais estarão dispostos a desarticular o lucrativo esquema montado.

Pix

Um estudo da Transparência Brasil aponta que menos de 1% das chamadas emendas Pix – diretas aos municípios – tinham as informações sobre quem destinou, para onde e para quê. O estudo é de junho do ano passado. Estudou a liberação de mais de R\$ 8 bilhões.

STF julga primeiros casos envolvendo o orçamento

PF faz operação no Sul; Corte analisará caso no Maranhão

Por Gabriela Gallo e Rudolfo Lago

A Polícia Federal (PF) cumpriu, nesta quinta-feira (13), a Operação EmendaFest, que tem o objetivo de investigar crimes de desvios de recursos públicos, além de corrupção ativa e passiva. Foram onze mandados de busca e apreensão e dois mandados de busca pessoal. Dentre os alvos, está o chefe de gabinete do deputado federal Afonso Motta (PDT-RS), Lino Rogério Furtado, que foi afastado do cargo no mesmo dia. Segundo as apurações iniciais da PF, até o momento foi registrado que o gabinete de Afonso Motta teria encaminhado R\$ 1,07 milhões (dividido em dois repasses de R\$ 200.000 e um de R\$ 670.000) em emendas orçamentárias ao Hospital Ana Nery, na cidade de Santa Cruz do Sul (RS). Para cada repasse, houve, segundo a PF, um retorno de 6% como propina.

Além de Lino, outro alvo foi o lobista Cliver Fiegenbaum, que teria intermediado o desvio dos recursos públicos.

A operação da PF foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, para quem há “consistentes indícios de desvios de recursos públicos” dos valores repassados. Além disso, o magistrado afirmou que o próprio parlamentar não foi alvo da operação porque “somente a Suprema Corte pode supervisionar a investigação sobre a existência, ou não, do envolvimento do parlamentar”.

Ainda na quinta-feira, o deputado Afonso Motta se reuniu



Assessor de Motta foi alvo da operação da PF

com o presidente da Câmara Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), para tratar do assunto. Ele negou qualquer envolvimento no caso.

STF

O caso do secretário de Afonso Motta não é a primeira investigação da Polícia Federal a apurar eventual irregularidade na destinação de emendas parlamentares. O primeiro a apresentar eventual irregularidade nas emendas parlamentares. A Operação Overclean apurou desvios na execução de obras na cidade de Campo Formoso, na Bahia. Essa investigação envolve Elmo Nascimento, prefeito da cidade, irmão do 2o vice-presidente da Câmara, Elmar Nascimento.

E o Supremo está prestes a

julgar a primeira ação concreta do novo escândalo do orçamento. Está agendado para o próximo dia 25 o julgamento das denúncias da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre o envolvimento dos deputados federais Pastor Gil (PL-MA) e Josimar Maranhãozinho (PL-MA) e do suplente de deputado Bosco Costa (PL-SE) em um esquema de desvio de emendas e corrupção passiva. O caso será avaliado pela primeira turma do Supremo. Caso acate a acusação da PGR, os parlamentares se tornarão réus e começará todo o trâmite judicial. O relator é o ministro Cristiano Zanin.

Segundo as investigações, 25% das emendas destinadas para a área de saúde da cidade São José de Ribamar, no Mara-

nhão, teriam sido usadas como pagamento de propina.

Para o advogado Melillo Dinis, integrante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), que é uma dos autores da ação sobre o orçamento que tem o ministro Flávio Dino como relator, não é possível se fazer prognóstico sobre o que acontecerá no julgamento. “Mas as impressões são de que o Supremo está unido em torno da questão da falta de transparência no orçamento. Não é só o Dino”, observa em entrevista ao Correio da Manhã.

“O que se comenta é que a cada enxadada da Polícia Federal tem saído de lá muita minhoca”, comenta Melillo, com relação às apurações que acontecem sobre o orçamento.

Comissões na Câmara serão definidas após o carnaval

Por Gabriela Gallo

O presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta (Republicanos-PB), declarou que os nomes cotados para assumirem as presidências e vice-presidências das comissões permanentes da Casa devem ser definidos somente após o carnaval. Em conversa com a imprensa na manhã desta quinta-feira (13), o presidente da Câmara ainda reforçou que, apesar das presidências das comissões ainda não estarem definidas, os líderes partidários já estão discutindo internamente seus representantes.

“Os líderes estão começando a discutir internamente. Sempre tem um conflito porque mais de um partido prioriza as comissões mais importantes. Eu espero poder resolver isso e começar a discutir nos próximos dias para que no início de março a gente comece a fazer a instalação. Mas eu não quero fixar uma data”, disse.

Motta completou que as comissões especiais, instaladas temporariamente para analisar projetos específicos, serão definidas logo após a definição das 30 comissões permanentes. Hugo Motta confirmou que a comissão especial para tratar do voto distrital misto será instalada.

Expectativas

Como adiantado pelo Correio da Manhã, há alguns embates pelas lideranças pelo comando da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ),

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Segundo Motta, partidos já articulam seus nomes

a mais importante da Casa. Os partidos União Brasil e MDB disputam a vaga. Durante o período de disputa eleitoral para a presidência da Câmara, uma das moedas de trocas propostas nas negociações entre os partidos para apoiar Hugo Motta, foi oferecer a presidência da CCJ para o deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA) ou outro representante do partido. Elmar acabou ficando com a 2a Vice-Presidência. Agora, pode sofrer constrangimentos. Espera-se que responda pelas agressões recentes que fez à jornalista Natália Portinari, do portal UOL.

Mesmo sem Elmar, o União cobiça a CCJ. Porém, o MDB entrou na jogada. Em 2023, no acordo firmado entre os parti-

dos para a composição da Mesa Diretora na segunda vitória de Arthur Lira (PP-AL), foi definido que a relatoria do Orçamento seria destinada para um dos partidos. A proposta era oferecer o orçamento como moeda de troca para quem não ficasse com a CCJ. Dessa forma, se o União Brasil ficar com a CCJ, o MDB assumiria o orçamento. Mas ambos os partidos querem a comissão.

PL

Segundo o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o maior partido da Casa (no caso, o Partido Liberal) tem direito a presidir seis comissões da Casa. Apesar do PL ainda não ter definido todas as comissões a que tem interesse,

o líder do partido na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), reforçou, em entrevista ao Poder 360, que o partido não abre mão de assumir o comando do máximo de comissões a que tiver direito.

A priori, a sigla manifestou interesse nas comissões de Saúde, Segurança Pública e Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN). Mas enfrenta resistência nas três. O PL, por exemplo, pretende indicar o nome do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) para assumir o posto – o que desagradou o governo, que recomenda que a comissão seja presidida pelo deputado Beto Richa (PSDB-PR).

Senado

No outro lado do Congresso Nacional, o Senado Federal não apresenta tantas disputas para as presidências das comissões. Durante uma coletiva de imprensa na última semana, o novo presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), confirmou que a distribuição dos comandos das comissões será realizada de maneira equilibrada.

Dentre os cotados estão: Otto Alencar (PSD-BA) para Comissão de Constituição e Justiça; Renan Calheiros (MDB-AL) e Marcelo Castro (MDB-PI) para Assuntos Econômicos (CAE) e Assuntos Sociais (CAS); Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para Segurança Pública, e Damares Alves (Republicanos-DF) em Direitos Humanos.